

# Pluralismo, espaço hermenêutico e o método pragmático em Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Danilo Araújo Fernandes* \*

*Paulo Gala* \*\*

*Bernardo Stuhlberger Wjuniski* \*\*\*

## Introdução

O tema do pluralismo e da diversidade de abordagens metodológicas na ciência econômica tem sido bastante discutido no meio dos economistas nos últimos anos. Uma série de trabalhos e textos publicados em revistas especializadas vêm sendo divulgados mais recentemente, abrindo uma nova discussão sobre os limites da economia convencional neoclássica e de sua tentativa em pressupor uma espécie de defesa epistemológica de um “exclusivo saber” para os métodos teóricos baseados em uma abordagem microeconômica sustentadas na ideia de agentes representativos (expectativas racionais, por exemplo), ou em formas similares de abordagens inspiradas no individualismo metodológico.

Tem sido comum neste sentido uma série de tentativas de exploração de abordagens teóricas alternativas inspiradas em matrizes teóricas heterodoxas, as quais têm buscado superar os limites do individualismo metodológico neoclássico e dos modelos de equilíbrio geral, apostando nas mais variadas formas de composição e convergências entre correntes ou abordagens teóricas econômicas alternativas ao mainstream econômico (Dequech, 2012), que vão dos pós-keynesianos, passando pelos neoschumpeterianos, institucionalistas, regulacionistas, chegando a autores de viés neoclássico inspirados em abordagens críticas aos modelos tradicionais, como as de Paul Krugman e Joseph Stiglitz.

Entre os precursores no Brasil dessas novas tentativas de identificação entre possíveis convergências teóricas no campo da heterodoxia econômica, está o trabalho de Mario Possas, que originalmente desenvolveu na década de 1980 estudos tratando das possibilidades de convergências entre Schumpeter, Marx e Keynes para o tratamento de questões relacionadas aos processos de acumulação de capital (Possas, 1985; 1987; 1988; 1989). Seguindo esta iniciativa – mais recentemente ampliada por visões e perspectivas de outras disciplinas no campo das

---

\* PPGE/UFPA. Email: danfernandes2@hotmail.com

\*\* FGV-SP. Email: pgala@uol.com.br

\*\*\* FGV-SP e LSE. Email: bernardowju@gmail.com

ciências sociais – diversos autores no Brasil têm se debruçado no sentido da busca pela formação de um novo arcabouço metodológico de inspiração heterodoxa para o tratamento da questão do desenvolvimento, e outros temas considerados como de difícil trato no campo da teoria neoclássica tradicional.

Em um texto recente intitulado *Por um pensamento econômico heterodoxo dominante: um manifesto acadêmico*, Luiz Carlos Bresser-Pereira nos traz uma contribuição importante para este amplo e complexo debate. Bresser-Pereira nos apresenta nesse texto uma rica resenha das controvérsias atuais que tratam dos limites da teoria neoclássica e suas falhas no que diz respeito à capacidade de elaboração de um arcabouço teórico compatível com a formulação de políticas macroeconômicas em sintonia com as necessidades que nos são colocadas pela realidade atual, voltada para o tema do desenvolvimento econômico e das crises financeiras globais. E, nesse sentido, a crise de 2008 representaria a prova mais cabal dessa fragilidade e dificuldade das teorias neoclássicas tradicionais em compreender a natureza e a complexidade dos fenômenos que refletem a dinâmica do processo de desenvolvimento do capitalismo no início do século XXI.

Um dos pontos centrais da crítica de Bresser-Pereira contra as correntes neoclássicas seria o seu considerado, até certo modo ingênuo, método hipotético-dedutivo. Contra esse método, o autor defende uma abordagem alternativa em formato histórico-dedutivo, ou seja, uma abordagem que privilegie a elaboração teórica menos abstrata e menos carregada de hipóteses simplificadoras, baseada em fundamentos microeconômicos. Defendendo, em contraposição a estas, uma abordagem baseada em elementos históricos empiricamente verificáveis, ou seja, em teorias capazes de orientar pragmaticamente a resolução de problemas concretos oriundos de economias historicamente condicionadas por dimensões estruturais específicas.

Por trás de sua proposta está uma estratégia de pesquisa que não sirva apenas para satisfazer exigências metodológicas voltadas a aspectos formais, os quais tem incitado no meio acadêmico uma prática de busca por uma redução dos fenômenos macroeconômicos tendo em vista atender a um padrão de procedimento metodológico compatível com o rigor formal dos modelos microeconômicos neoclássicos, baseados em pressupostos de racionalidade abstrata e de exigência de modelos em formato de tendência de equilíbrio geral. Como se o objetivo de elegância e formalização das teorias fossem um fim em si mesmo. Ao fazer este tipo de exercício abstrato, as teorias tradicionais acabariam por transformar ideologicamente suas elaborações teóricas em arcabouços conceituais completamente irrelevantes para a solução de problemas que nos seriam colocados pela natureza dos desafios reais de nossas economias contemporâneas.

Seguindo uma estratégia de construção de um diálogo profícuo e de uma contribuição com a proposição central de Bresser-Pereira na busca de um pensamento heterodoxo unificado e dominante para o trato das questões macroeconômicas voltadas aos aspectos de desenvolvimento e do tratamento teórico dos desafios das crises financeiras globais atualmente em voga, buscaremos aqui neste trabalho desenvolver uma linha de argumentação de viés metodológico que consideramos importante, e que sustenta a completa compatibilidade de propósitos entre a abordagem de Bresser-Pereira e o debate metodológico sobre a defesa do pluralismo, que tem florescido no meio acadêmico em economia nos últimos anos.

Acreditamos, neste sentido, que a interpretação que Bresser-Pereira faz do debate contemporâneo sobre os limites da economia neoclássica se encontra, portanto, em um eixo comum e recente de uma tendência de autores heterodoxos que buscam uma estratégia de construção de uma nova identidade teórica para o tratamento de questões relacionadas à elaboração de políticas econômicas em países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que se sustenta de modo perfeitamente compatível com o que há de mais recente em termos de abordagens filosóficas hoje em dia bem reconhecidas para o tratamento de questões relacionadas à produção do saber científico e sobre os limites de abordagens metodológicas de viés positivista ou neopositivistas, como apresentadas pelas correntes dominantes em economia.

## **O pluralismo e o papel do espaço hermenêutico para o debate metodológico em economia**

O tema do pluralismo tem sido muito recorrente no debate metodológico em economia. Uma série de economistas tem defendido essa abordagem mais recentemente, considerando-a desejável para um melhor desenvolvimento da ciência econômica em sua diversidade de formas e métodos de abordagem. Estratégia que tem sido muito estimulada mais recentemente tendo em vista a dificuldade histórica desta disciplina em se consolidar como uma ciência preditiva com um mesmo grau de eficiência alcançado pelas ciências consideradas hard, como a física, que desde o final do século XIX vem servindo como baluarte e exemplo de cientificidade para boa parte da comunidade de economistas considerados tradicionais ou ortodoxos.

É nesse sentido e contexto que o debate metodológico em economia, mais recentemente, tem sido acompanhado por uma crescente desconfiança, por parte de sua comunidade acadêmica especializada, no que diz respeito à capacidade da mesma em se definir como um campo de estudo monoliticamente consolidado, a

partir de evidências empíricas coletadas, tendo em vista um único método teórico de análise. A diversidade de métodos e abordagens, para muitos, neste sentido, deve ser considerada como estratégia mais adequada, do ponto de vista do crescimento da própria disciplina, e como forma de auxiliar a mesma a dar conta de uma diversidade de problemas que nos são colocados cotidianamente pela realidade concreta das sociedades capitalistas atuais.

Entre os autores que têm se levantado a favor do pluralismo como procedimento padrão e orientador da prática a ser seguida nos departamentos de economia, podemos citar Sent (2005), Garnett (2003), Davis (2003), Warren (1997), Fernández & Pessali (2001), Bianchi (1992), Chick (2004) e Dow (1990, 2005). Dow, por exemplo, (1990) baseia o crescente interesse da academia por temas ligados à metodologia da ciência em parte na constatação de que o mainstream passa por uma importante crise metodológica. Apresenta e critica o conceito de dualismo em oposição ao modo de pensar “Babilônico” por meio do qual fundamenta sua crença no mau momento vivido pela ortodoxia. Dualismo é definido como: “...the practice of organising thought by means of all-encompassing mutually-exclusive categories, with fixed meanings.” (1990: 143). O modo de pensar dualista está arraigado na cultura e civilização ocidentais desde a tradição platônica, que primeiro diferenciou mente e matéria, de forma que sua característica distintiva é a categorização por meio de conceitos binários – x e não x. Não há, nesse arcabouço, possibilidade de haver alternativa intermediária entre as duas pontas.

Como aponta Dow, a análise econômica pode ser entendida em termos de uma hierarquização que vai do nível mais concreto – em que a preocupação é com a prescrição de políticas – para o nível mais abstrato – de forma que há que se passar pelos níveis teórico, metodológico e, por fim, pelo modo de pensar subjacente à metodologia adotada. A fim de permitir o estudo de uma realidade social altamente complexa e dinâmica, o modo de pensar dualista se revela pobre e incompleto, dada a existência de infinitos matizes de cores entre as pontas do espectro formado pelos fatos. A economia ortodoxa, claramente acostumada a empregar o modo de pensar dualista – que pode também ser classificado de cartesiano/euclidiano – para estudar os fenômenos econômicos, se revela sob uma intensa crise em sua matriz metodológica.

Dow destaca, a partir dessa perspectiva, a necessidade e as virtudes de uma perspectiva pluralista: “The aim of [a pluralist]study would then be ensure that each of the various possible methodologies is consistent by its own criteria, and to

promote mutual understanding among practitioners of different methodologies; such understanding provides a basis not only for tolerance, but also for creative cross-paradigm developments” (1990: 155).

Samuels (1997), que também advoga em favor do pluralismo metodológico, sedimenta sua análise na constatação de que não há um princípio metodológico/epistemológico conclusivo que permita escolher objetivamente entre distintas teorias. Não há um metaprincípio que norteie a escolha entre corpos teóricos igualmente doados de limitações internas, de modo que a opção por um ou outro passa pelo crivo social. O fato é que a nossa definição da realidade econômica, assim como as teorias e metodologias econômicas, são socialmente construídas; são feitas, não descobertas.

Segundo esta perspectiva e procurando contribuir para o debate filosófico sobre os limites da ciência econômica, temos buscado mais recentemente incorporar um debate sobre o papel do espaço hermenêutico e sua possível influência sobre a discussão metodológica para a defesa do pluralismo em economia (Gala et al., 2012). O foco principal dessa nossa mais recente preocupação tem sido a busca pela conexão entre o pluralismo de ideias na economia e a noção de espaço hermenêutico, tal como definido pelo neopragmatismo de Richard Rorty. Com ele, buscamos apresentar um arcabouço filosófico sólido que nos permita melhor compreender os fundamentos racionais que possam vir a sustentar a perspectiva pluralista aplicada à economia.

Rorty discute em profundidade o papel da hermenêutica na forma de evolução das ciências. Segundo ele, a hermenêutica não é um substituto da epistemologia, não é um novo arcabouço teórico capaz de explicar a forma de construção das ciências. Isso porque a epistemologia e todas as suas teorias se mostraram inadequadas para explicar a forma de pensar dos cientistas. Sendo assim, Rorty oferece a hermenêutica como um apelo para que o espaço aberto deixado pela epistemologia e sua incapacidade de explicar a construção das ciências não seja preenchido por alguma nova forma epistemológica. Defende o entendimento de que a nossa cultura, os nossos valores, e a forma pela qual interpretamos as coisas são de fato o que constroem as teorias. Segundo Rorty, todas as teorias epistemologicamente são comensuráveis, ou seja, são compostas por uma série de regras racionais que permitem a construção das ciências, a partir de padrões definidos historicamente.

Nessa linha, Rorty entende que não se pode abandonar a busca pela comensurabilidade e a conversação racional entre teorias, mas isto não significa que se o faça por meio da epistemologia, com regras de demarcação rigidamente definidas

por algum padrão de cientificidade considerado como mais verdadeiro do que outros. Mas sim, a partir da busca por uma forma de entender a evolução das ciências em termos históricos, a forma como os cientistas pensam e fazem ciência de fato. É por isso que Rorty apresenta a hermenêutica, mais especificamente o espaço hermenêutico, como forma pela qual podemos compreender como as ciências de fato evoluem, buscando entender a forma pela qual os cientistas fazem ciência e se relacionam com o mundo da vida (para usarmos uma expressão cara, a filosofia da Escola de Frankfurt); mas em nenhum momento abandonando o que a história da ciência mostrou ser viável, ou seja, a construção racional de uma compreensão de como os consensos se tornam possíveis em determinadas situações históricas específicas.

O projeto filosófico de Rorty, portanto, representa uma forma de fazer filosofia que alia a crítica ao racionalismo e ao dualismo próprio dos pragmatistas pioneiros (James, Dewey, Pierce), ao desenvolvimento da filosofia da linguagem posterior a eles. Ou, de outra forma, busca aliar a compreensão da filosofia a uma atividade dinâmica que procura se libertar das imposições epistemológicas e positivistas de tradição cartesiana e kantiana, sem perder a dimensão e função crítica da filosofia em relação à linguagem (própria da filosofia analítica de tradição anglo-americana). Ao mesmo tempo, tenta preservar sua dimensão criativa e avançar em uma dimensão hermenêutica que não se permite envolver por determinismos epistemológicos e linguísticos, os quais buscam delimitar o campo de ação do conhecimento considerado como epistemologicamente válido (tal como os praticados, por exemplo, pelo empirismo lógico e pelo falsificacionismo de Popper).

O objetivo do conhecimento para Rorty deve ser a busca criativa pela construção e resolução de novos problemas que nos sejam mais importantes do que os que nos foram colocados até então. A filosofia tem o imenso potencial criativo, muitas vezes desperdiçado, de nos dar condições de reconstruir nossas trajetórias em consonância com nossos objetivos e utilizando um conhecimento científico que esteja de acordo com um espírito prático e humano, ao estilo da filosofia de Willian James e Friedrich Nietzsche. De acordo com Rorty, deveríamos buscar na filosofia e nas ciências, assim como em qualquer outro âmbito do conhecimento humano, novas formas de pensar os problemas que surgem de forma cada vez mais dinâmica em nossas sociedades.

Neste ponto Rorty compreende que a filosofia e o conhecimento científico devem estar voltados para a vida e para a busca da solução de problemas concretos e não para a “Verdade” vista como representação semântica da natureza.

Chamamos algo de ciência na medida em que nos permite prever o que irá acontecer e, portanto, nos permite influenciar o que irá acontecer. É claro que há uma variedade de outros critérios para boas teorias científicas, além do sucesso preditivo e uma variedade de razões para tornar-se um cientista além do imperativo de contribuir para que tenhamos a natureza sob controle (Rorty, 1998: 20).

Para Rorty, não faz sentido pressupor que o conhecimento possa ser alcançado, seja ele de forma desinteressada ou não, através de instrumentos e métodos de validação racional ou empírica que nos poderiam fornecer evidências a partir de juízos representacionais sem qualquer caráter normativo e sem nenhuma natureza prática de qualquer espécie – simplesmente porque estes juízos representacionais neutros não existem. Para filósofos neopragmatistas como Rorty, a busca incessante pela “Verdade” já parece ser uma escolha carregada de juízos de valor e, portanto, prenha de implicações valorativas relacionadas com a sustentação de um ideário platônico. Com inspiração em Nietzsche e James, Rorty nos leva a questionar a relevância prática de se procurar por supostas “Verdades”, entendidas no sentido essencialístico ou semântico-representacional. Ou seja, nos questionarmos nietzscheaneamente em relação à pergunta: “Porque sempre a Verdade?” Baseado em que se pode afirmar que buscar a verdade transcendental é algo importante e relevante e a que se deva colocar em primeiro plano em relação aos nossos objetivos “mundanos”? Qual a relevância de se pressupor a existência de uma essência imutável e definitiva dos processos e das coisas?

A ciência e a filosofia devem buscar resolver os novos problemas que surgem, reservados os parâmetros determinados socialmente em consonância com os objetivos e problemas de cada campo específico e de cada sociedade em particular, e não perder tempo com debates intermináveis sobre qual seja a “Verdade” ou essência que supostamente acalmaria as nossas inquietações intelectuais e filosóficas. A alternância de teorias e métodos de averiguação científica verificada ao longo da história do pensamento científico estaria, de acordo com Rorty, muito menos relacionada a erros ou desvios da trajetória epistemológica indicada por nossos filósofos de plantão, do que as supostas mudanças dos problemas teóricos e aplicados que surgem em nossas sociedades à medida que elas se modificam, criando e recriando novas problemáticas. O interessante, de acordo com esta perspectiva, é que a própria criação de problemas teóricos possa ser vista como fazendo parte das condições históricas e contingentes presentes em determinado momento, fugindo assim de um etnocentrismo caro aos filósofos e metodólogos tradicionais.

Neste sentido, a ciência não pode ser vista como independente da cultura e dos objetivos da sociedade. Isto se torna ainda mais claro quando se está trabalhando com as ciências consideradas humanas e sociais, pois neste caso as consequências da atitude de domínio das ações humanas têm implicações ético-sociais ainda mais contestáveis. De acordo com a visão pragmatista oriunda do pensamento de Richard Rorty, não há nenhuma condição filosófica a priori, fora da argumentação, que nos permita considerar como epistemologicamente mais relevante um problema em relação a outro, seja ele científico ou não. Daí não podermos nos esquivar de assumirmos as responsabilidades de nossas escolhas e valores. Neste contexto, não existe escolha positiva, neutra ou dada de forma desinteressada. Toda escolha que se propõe desinteressada pressupõe um juízo de valor. Esta é uma das principais marcas da tradição neopragmática tal como apresentada por Richard Rorty.

Para Rorty, há dois papéis que um filósofo deve representar. O primeiro deles é o de interlocutor entre distintos discursos, uma espécie de elo entre cadeias apartadas que as une e lhes dá um sentido compartilhado. O segundo deles, não totalmente desligado do primeiro, entende que o filósofo é aquele que conhece o substrato comum a todos os cientistas – ele sabe o que todos fazem, mesmo que estes não o saibam, porque conhece o anteparo contra o qual o fazem (seja este anteparo a mente, a linguagem, ou qualquer outro ente filosófico que se suponha universal).

O primeiro destes papéis se relaciona com a hermenêutica; o segundo, com a epistemologia. Como já se afirmou neste trabalho, não há como se atingir o tal “substrato comum” aos diferentes discursos, não porque não tenhamos meios para tal, mas porque simplesmente este substrato não existe. Essa entidade quimérica pressupõe que os objetos e problemas sob investigação sejam perenes – o que não ocorre, mesmo considerando-se as ciências naturais. Faz-se necessária, portanto, a adoção de um novo instrumento para perscrutar a ciência, destituído dos vícios que corroeram o anterior.

Esta é a proposta da hermenêutica. Não propriamente um novo instrumento, mas uma nova visão de mundo, que deixa de exigir a existência de um substrato comum e deixa de esperar que haja comensurabilidade entre os discursos. Somente o que se espera é a continuidade do discurso, pois é ele que permite que a esperança de consenso sobreviva. Nas palavras de Rorty (1994: 318), “Epistemology views the participants [of science] united in what Oakeshott calls an *Universitas* – a group united by mutual interests in achieving a common end. Hermeneutics views them as united in what he calls a *societas* – persons whose paths through life have fallen together, united by civility rather than by a common goal, much less by a common ground.”.

Não se espera que seja possível isolar as partes do todo com base em um conhecimento a priori deste – a noção de representação acurada se torna de pouco uso. Compreender do que o todo é tecido só é possível conhecendo-se as linhas que foram postas no tear para fazê-lo, ao mesmo tempo em que as linhas somente se dão a conhecer se conseguimos uma imagem, ainda que não exata, do todo. Essa ideia de interpretação sugere que o entendimento dos fenômenos se assemelha mais ao processo de conhecer uma pessoa nova do que ao de realizar uma demonstração; culturas desconhecidas (e também teorias científicas) são vistas muito mais como um diálogo novo, do qual antes não participávamos, do que como uma estrutura erigida a priori sobre dados fundamentos. Este é o círculo hermenêutico que Rorty propõe.

A abordagem prática sugerida pela epistemologia indicava que os discursos deveriam ser distinguidos entre comensuráveis e incomensuráveis, tidos por discurso “normal” e “anormal”. No sentido que Kuhn buscou emprestar a esses termos, poderíamos igualmente identificar o discurso normal, comensurável, com a prática da ciência normal, intraparadigmática, e o discurso anormal, com as rupturas e revoluções científicas. O discurso “anormal” poderia, ao mesmo tempo, revelar-se sem sentido e utilidade – sem relevância científica – motivo pelo qual a epistemologia sempre se furtou a acolhê-lo em seu seio. Não só a epistemologia: não há disciplina que se proponha a estudar um tipo de discurso que pode variar entre o inútil e o revolucionário.

A hermenêutica é justamente a tentativa de abordar a anormalidade, ainda que sob o ponto de vista de um discurso “normal” – é a busca por sentido em uma linguagem que não somos capazes de descrever, e, portanto, de contabilizar sob um ponto de vista epistemológico. A orientação pautada, inicialmente, por um discurso normal, é transcendida à medida que a hermenêutica se comporta de forma não reducionista, buscando ver novas arestas em um poliedro ainda desconhecido.

Nesse sentido, a divisão traçada aqui, entre discurso normal e anormal, ou discurso objetivo e subjetivo, não é senão a da familiaridade. Como afirma Rorty, “We must be hermeneutical where we do not understand what is happening but are honest enough to admit it” (1994: 321). A epistemologia busca acessar a representação objetiva e desinteressada de uma suposta “verdade universal”. Ao invés disso, o que a filosofia da ciência de fato necessita é reconhecer que a ciência, seja em que campo for, é uma empreitada valorativa. Não há como representar objetivamente a “verdade universal”; não há uma “verdade universal”. Todo objeto de estudo é fruto da deliberação humana, calcada em valores. O que existem são “verdades”, as quais se buscam abordar por instrumentos de pesquisa

deliberadamente distintos. O que se faz aqui, portanto, não é uma defesa do relativismo, mas sim, e tão somente, o reconhecimento de que a prática da “boa ciência” é uma crença que tem como mérito e eixo principal a orientação pela condução de boas práticas de pesquisa. No entanto, como sabemos, toda pesquisa em todos os campos da ciência é embebida de valores e prescrições sociais, o que nos impede que mesmo embebidos de boas intenções e práticas eticamente aceitas pela comunidade científica, possamos afirmar que praticamos uma ciência “positiva” e despida de valores. Sempre haverá escolhas que devem ser feitas de modo subjetivo, e que implicam em procedimentos (métodos) não cientificamente testados ou comprovados pela comunidade científica.

As ciências parecem começar a perceber, neste sentido, que não existe uma epistemologia fechada. O método que busca a melhor compreensão da realidade deve ser plural. Se a filosofia da ciência nos aponta que existe a possibilidade de se fazer ciência lançando mão da hermenêutica, abrindo humildemente o flanco para o estudo do que antes se considerava incomensurável, o pluralismo passa a ser, portanto, uma opção interessante e importante para os economistas. Ser plural é estar aberto para tratar do incomensurável, “hermeneutics is not ‘another way of knowing’ [...] It is better seen as another way of coping.” (Rorty, 1994: 356).

## **O método pragmático e a busca pela construção de um espaço hermenêutico heterodoxo na obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira**

O papel que McCloskey atribui à argumentação e a retórica no debate teórico em economia, assim como suas críticas em relação tanto ao critério de demarcação como ao conceito semântico de “Verdade”, é algo que está intimamente ligado à influência do neopragmatismo de Richard Rorty (ver Rego, 1996). Em McCloskey, esta influência surge exatamente no momento em que a epistemologia de tradição empirista, aqui incluída a perspectiva falsificacionista de Popper, parece trilhar um caminho sem volta, rumo a uma completa desvinculação da prática científica em relação às regras e padrões epistemológicos defendidos pelos filósofos da ciência. Neste momento, um abismo epistemológico parece se colocar entre a prática científica e a filosofia da ciência. Lisboa chega inclusive a afirmar que a filosofia da ciência atualmente se encontraria em um dilema: “ceticismo absoluto ou o recurso a alguma compreensão preexistente do mundo que rejeita a necessidade de validação pela experiência, e que, nesse caso, não consegue se distinguir da compreensão proposta por qualquer argumento teológico” (Lisboa, 2001: 808).

McCloskey, no entanto, ao contrário de Lisboa e outros economistas de tradição neoclássica, que seguem a tendência empirista, procura resolver estes impasses da metodologia econômica oficial recorrendo não a um recurso empirista como última salvação para a definição de um critério epistemológico, mas sim buscando melhor compreender e refletir pragmaticamente sobre os próprios pressupostos filosóficos que durante séculos sustentaram a crença de tradição iluminista de que a “Verdade” e o critério de demarcação são elementos indispensáveis para a prática científica. McCloskey segue Rorty, portanto, ao questionar fundamentalmente a necessidade última da existência de qualquer recurso epistemológico para a prática científica em economia. Alega a irrelevância e aparente contrassenso de atitudes demarcacionistas que possam servir como instrumento capaz de gerar controle filosófico ou epistemológico em relação à prática efetiva da ciência econômica.

Poderíamos então perguntar: qual é a função do critério de demarcação epistemológico no que diz respeito à produção do conhecimento científico? Para Rorty e McCloskey cremos que a resposta seja nenhum. Pois todo critério epistemológico, neste sentido, parece pressupor uma decisão ético-argumentativa também pré-determinada culturalmente, mas que não se compreende hermenêuticamente enquanto tal, fazendo valer uma concepção semântica e dualista da verdade que privilegia a pressuposição da existência de uma essência e de uma concepção de conhecimento como uma representação, ainda que imperfeita e falível, dessa essência previamente estabelecida, independentemente de qualquer descrição linguística ou cultural.

A relevância da filosofia para a prática científica, de acordo com esta tendência de autores pragmatistas e retoricistas, não estaria relacionada à definição de qualquer critério epistemológico específico e nada mais poderia representar a não ser assumir o papel de instrumento “autoritário”, que busca garantir um espaço privilegiado e o poder de reforçar politicamente uma decisão ética já previamente estabelecida. Estaria sim, muito mais relacionada à potencialidade que a filosofia tem de transformar os nossos valores democráticos em fonte e instrumento capaz de aumentar a comunicação (ou acesso a um espaço hermenêutico legítimo) e transformar a produção do conhecimento científico em algo o mais aberto possível. Voltado para os interesses humanos e definidos a partir da priorização de critérios éticos que possam se mostrar mais ao estilo dos valores culturais democráticos de sociedades ocidentais como a nossa.

O objetivo da crítica pragmatista à epistemologia, como fazem Rorty e McCloskey, é lutar para tornar mais claras as nossas escolhas e impedir que as mesmas sejam camufladas por supostas isenções filosóficas em nome da objetividade

e neutralidade científica. Como procuramos demonstrar ao longo desse texto, acreditamos que não temos como nos isentar da responsabilidade de assumir nossas escolhas e visões de mundo, assim como nossos supostos interesses, sejam eles científicos ou não. Sendo assim, não temos como defender com base em uma meta narrativa epistemológica ou filosófica que nossos interesses científicos, críticos ou religiosos sejam mais próximos da “Verdade” do que qualquer outro. Daí a importância do caráter argumentativo e de valorização hermenêutica e plural do discurso econômico. Acreditamos assim que a principal contribuição da perspectiva hermenêutica e pragmática para o desenvolvimento da produção de conhecimento em economia se refere à tentativa destas correntes filosóficas de dissolver debates inconclusivos e inoperantes a respeito de preceitos epistemológicos e críticas nas quais se pressupõe a superioridade transcendental de alguma perspectiva teórica ou ontológico-metafísica em relação às perspectivas concorrentes. Ao contrário, cremos que é no âmbito argumentativo e pragmático que se devem concentrar esforços no sentido de se buscar melhor compreensão dos rumos da ciência econômica.

É em meio a este problema que Thomas Kuhn, um dos maiores filósofos da ciência do século XX, apresenta seu entendimento sobre a evolução do conhecimento científico, a partir do conceito de paradigma. Paradigmas correspondem ao entendimento comum do meio científico sobre os seus objetos de estudo e práticas de pesquisa e sobre as formas e metodologias utilizadas na construção de suas teorias, a partir das quais os cientistas chegam aos seus resultados. Segundo Kuhn, as diferentes ciências evoluem a partir da evolução dos paradigmas. Nos períodos de ciência normal, os cientistas se dedicam a desenvolver a ciência a partir dos valores do seu paradigma; já nos períodos de ruptura ou “revoluções científicas”, um determinado conjunto de valores e metodologias não são mais suficientes para explicar o objeto de estudo e um novo conjunto de valores, um novo paradigma, começa a surgir. Dessa forma, a evolução da ciência ocorre não apenas nos períodos de ciência normal, mas essencialmente nos períodos de ruptura. Tais períodos são necessários e inevitáveis quando novas ideias, estranhas ao entendimento comum dos cientistas, passam a determinar a construção das teorias (Kuhn, 1962).

Para Kuhn, as crenças são fundamentais na construção dos paradigmas, e este talvez seja o ponto mais importante de suas ideias, pois elas determinam a forma como determinado grupo científico irá compreender e desenvolver seu objeto de estudo. Essas crenças são fundamentalmente os valores externos à ciência que fazem parte da forma de pensar dos cientistas e que serão, inevitavelmente, incorporadas à ciência desenvolvida por eles. Dessa forma, Kuhn está um passo à frente de seus antecessores, no sentido de que apresenta uma interpretação da

evolução das ciências que leva em consideração o papel das crenças e dos valores individuais e coletivos e que por isso entende que a busca pela “verdade” sempre estará condicionada a estes aspectos. Por essa razão, não há uma forma não valorativa e pura de construir ciência.

A forma de pensar kuhiana já aponta para uma maior abertura da filosofia da ciência em direção à hermenêutica. O entendimento de que as ciências são construídas a partir de consensos das comunidades científicas abre espaço para a discussão de que forma estes consensos são construídos. E aí não se pode deixar de levar em consideração os interesses dos cientistas, e de que forma seus programas de pesquisa se relacionam com o chamado “mundo da vida”, ou com os diversos interesses presentes na sociedade.

Partindo da abordagem neopragmatista de Richard Rorty e de McCloskey, assim como inspirados na perspectiva de formação de novos paradigmas científicos (tal como abordado por Kuhn), entendemos que a tentativa de construção de um espaço de consenso para os economistas heterodoxos, em oposição à prática e crença de economistas ortodoxos tradicionais, como faz Luiz Carlos Bresser-Pereira (2012), é um exercício metodológico, hermenêutico e político legítimo de busca pela construção de um arcabouço teórico que se considere capaz de dar conta de problemas de ordem pragmática que tem se mostrado evidente para boa parte dos analistas, agentes econômicos e demais membros da sociedade em geral após a crise de 2008.

A evidente dificuldade metodológica da economia convencional na busca do trato da questão da crise financeira global tem levantado a possibilidade para que as correntes heterodoxas, em suas mais diferentes vertentes, pudessem arremeter forças em busca de uma leitura mais pragmática, concreta e eficiente dos problemas que advém de tão importante fenômeno, que tem se alastrado mais recentemente por vários países do continente europeu, entre outros.

Construir um espaço de diálogo (hermenêutico) entre diferentes correntes heterodoxas, fundamentado em crenças retoricamente justificáveis e voltado para a busca de solução de problemas concretos, e não em princípios epistemológicos gerais, este é o projeto metodológico proposto por Bresser-Pereira. Um projeto que tem o mérito de se definir desde o princípio como um projeto de pesquisa pragmático (baseado no chamado método do “fato histórico novo”), uma espécie de chamado para a necessidade de se compreender a ciência econômica como um instrumento da sociedade para a busca e soluções de novos problemas, e para a construção de estratégias de desenvolvimento econômico. E não para expressar, de maneira categórica e formalmente elegante, uma suposta “Verdade” abstrata que nada tem a dizer sobre a realidade de boa parte de nossos problemas.

Um método (histórico-dedutivo) que busque, portanto, dar respostas e soluções para os problemas reais das sociedades capitalistas contemporâneas. Uma estratégia em última instância política e normativa, no bom sentido. Ou seja, um chamado para economistas heterodoxos brasileiros que buscam, de uma forma ou de outra, a construção de um referencial teórico alternativo, de caráter plural, e capaz de conduzir o país aos trilhos de um novo projeto desenvolvimentista, em uma versão atualizada, do ponto de vista metodológico e hermenêutico.

Uma estratégia que se inicia, do ponto de vista da elaboração de seus elementos teóricos e categorias de fundo, no final dos anos 1980, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, momento em que o mesmo inicia um curso que trata da temática metodológica e sua relação com ciência econômica, e no qual o autor inicia e desenvolve uma discussão sistemática que redundará numa relevante produção bibliográfica sobre o assunto. Entre essas, destacam-se o texto *The irreducibility of macro to microeconomics: a methodological approach*, de 1996, escrito em coautoria com Gilberto Tadeu Lima; *Método e paixão* em Celso Furtado, de 2001; *The twomethods and the hard core of economics*, de 2009, publicado no *Journal of Post Keynesian Economics*; e os mais recentes *The 2008 financial crisis and neoclassical economics* e *An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics*, ambos publicados na *Revista de Economia Política*, em 2010 e 2011 respectivamente, e que versam sobre um enfoque que vai do debate metodológico, passando pelo debate sobre novo-desenvolvimentismo, e chegando ao debate sobre política macroeconômica e a crise financeira global.

Uma trajetória que, partindo da percepção dos problemas novos e específicos atrelados à realidade brasileira – que se mostravam cada vez mais evidente a partir do início dos anos 1990 – tendeu para uma necessidade crescente de definição de novos parâmetros teóricos e metodológicos que fossem além das tradicionais teorias que se faziam presentes naquele momento na ortodoxia econômica. Com isso, Bresser-Pereira procurou teorizar de modo a propor soluções criativas para questões distintas das encontradas nos países desenvolvidos em um mesmo contexto, e sobre o qual as teorias tradicionais claramente não tinham muito que dizer.

Acreditamos que este tenha sido um dos motivos principais para o seu esforço em relação ao tratamento dos problemas metodológicos voltados para a crítica da economia neoclássica. Ou seja, a tentativa de demonstrar que a construção teórica neoclássica tradicional não havia sido feita para resolver os problemas dos países em desenvolvimento, e que estes, por conta disso, deveriam voltar a “pensar com as próprias cabeças”, como havia nos ensinado Celso Furtado, em um passado recente.

Mas para isso, Bresser-Pereira parece ter clara consciência de que seria necessário ainda um passo anterior, qual seja, o de demonstrar (inclusive do ponto de vista retórico) que o método tradicional da economia neoclássica (baseado em microfundamentos e modelos de expectativas racionais, equilíbrio geral e crescimento endógeno) era inadequado, tanto do ponto de vista prático como metodológico, para o tratamento de questões voltadas para o tema do desenvolvimento de economias periféricas, como o Brasil.

Foi com esse propósito geral, a nosso ver, que Bresser-Pereira ingressou de maneira definitiva na busca de um novo arcabouço teórico e metodológico voltado para o tratamento do que passaria a se chamar, a partir de então, como projeto “novo-desenvolvimentista”. Uma estratégia que, no entanto, com a crise de 2008, passa a assumir dimensões ainda maiores, abarcando uma perspectiva mais ampla, que acaba por defender por fim a existência de uma crise teórica e metodológica profunda em quase todo o arcabouço teórico neoclássico tradicional. Uma iniciativa que a princípio se imaginava respaldada e voltada especificamente na experiência latino-americana, mas que na prática acabou por assumir proporções bem mais abrangentes, caminhando rumo a uma reformulação completa do paradigma dominante neoclássico voltado para o tratamento de temas associados à questão do desenvolvimento e das políticas macroeconômicas, assim como atingindo, de maneira categórica, os fundamentos filosóficos e metodológicos do mainstream acadêmico da comunidade científica mundial.

Em suas notas introdutórias do trabalho *Os dois métodos da Teoria Econômica*, Bresser-Pereira levanta questões importantes no que diz respeito a postura dos cientistas em geral e mais especificamente a dos economistas quanto a dimensão normativa e positiva da ciência. Ao tocar a discussão filosófica de realismo e relativismo, assume uma posição intermediária entre o fundacionalismo e o relativismo radical (ver, a respeito, Hands 2001: 216, sobre a *new economic methodology*). Ressalta a importância das virtudes morais do cientista, especialmente a modéstia, que seria compatível com um ecletismo necessário para o avanço do conhecimento em economia. A dificuldade da busca pela verdade, especialmente nas ciências sociais, tornaria ainda mais importante o processo comunitário de pesquisa com a valorização dos diversos pontos de vista na comunidade e do debate científico. Propõe uma abordagem que define como “realismo modesto”, deslocando a discussão sobre a verdade para o campo da moral.

Nessa perspectiva eclética, abre-se espaço para a convivência de diversas teorias, não necessariamente redutíveis a um arcabouço comum. A economia neoclássica ocupando papel importante na análise microeconômica, a escola clássica sendo insuperável para entender os determinantes de crescimento de longo

prazo das economias e, por fim, a macroeconomia keynesiana para a discussão do comportamento dos agregados de curto prazo e para a condução da política econômica. A cada uma dessas corresponde também um método de trabalho principal. Para a economia neoclássica, o dedutivismo-lógico acompanhado do individualismo metodológico. Para a macroeconomia keynesiana e a escola clássica, o holismo-metodológico acompanhado primordialmente de raciocínios do tipo “histórico-dedutivos” que abordaremos com calma mais adiante. É importante notar que essas distinções de postura metodológica estão na origem das diferenças entre essas escolas de pensamento, não havendo aqui nenhum problema de coerência. Para cada questão a ser solucionada, um método pode se apresentar como superior ao outro, o que reafirma o ecletismo em seu sentido positivo como defendido pelo autor.

Ao analisar as diferenças entre as formas de pensar da macroeconomia e da teoria do desenvolvimento econômico e da microeconomia, Bresser-Pereira chama a atenção para o approach metodológico presente em cada uma dessas disciplinas como já mencionamos. Sendo a micro primordialmente lógica-dedutiva e a macroeconomia e a teoria do desenvolvimento mais histórico-indutivas. Para melhor caracterizar seu ponto, defende a ideia de que tanto a macroeconomia quanto a teoria do desenvolvimento dependem de raciocínios do tipo “histórico-dedutivos” ou ainda do “método do fato histórico novo”, que seriam capazes de construir hipóteses a partir da observação dos fatos, especialmente dos fatos novos sempre presentes no objeto de estudo das ciências sociais.

O economista, portanto, nestas duas grandes áreas, adota a forma clássica de pesquisa científica das ciências naturais: examina a realidade e busca regularidades. Maso faz com muito mais modéstia. Ele usa principalmente a indução, mas naturalmente também a dedução. O que o pesquisador faz é essencialmente generalizar a partir do estudo da realidade, que, no caso das ciências sociais, é sempre uma realidade histórica. O próprio sistema de mercado é uma realidade histórica. (Bresser-Pereira, 2003b: 20).

O autor ressalta ainda que a convivência dos métodos lógico-dedutivo e histórico-dedutivo não se restringe à ciência econômica, encontrando-se também na ciência política. Apesar do precedente de uma postura mais abstrata em Platão, pensadores clássicos da política, a partir de Aristóteles, valeram-se do método histórico-dedutivo. Maquiavel, Vico, Hegel e Marx, para ficar em alguns nomes. O contratualismo de Hobbes, por outro lado, assume uma postura bastante distinta. Ao invés de entender o surgimento do Estado como consequência da evolução de um processo histórico como pensaram os clássicos, deriva logicamente

a sua existência a partir de um contrato ótimo feito entre o Estado e os cidadãos. A partir da ideia de um estado natural de guerra entre os homens, faria sentido o surgimento ou a criação de uma instância superior capaz de adjudicar essas disputas. Os homens abririam mão de sua liberdade em prol da ordem legal imposta pelo Estado. Hobbes privilegia o método lógico-dedutivo em detrimento do histórico-dedutivo, adotando assim uma nova perspectiva para o estudo da política.

O método do fato histórico novo proposto por Bresser-Pereira decorre da natureza histórica da evolução das economias e sociedades. Não se trata apenas de estudar história tendo o passado como fonte de inspiração para o entendimento do presente. A postura da abordagem histórica deixa o pesquisador sempre alerta para o surgimento de novos fatos no contexto social e econômico atual. Por conta de inovações institucionais, tecnológicas ou ainda políticas, a realidade econômica é sempre mutante. Para dar conta de analisar a evolução de um processo desse tipo, é fundamental que se leve em conta os novos fatos históricos surgidos a partir dessas inovações. Portanto, o único método capaz de lidar com essa realidade sempre cambiante será o da busca incessante por novos padrões e regularidades, o método histórico-dedutivo nas palavras do autor. Nesse ponto, aparece a fragilidade de raciocínios lógico-dedutivos que partem sempre de algum a priori imutável.

## Referências

- BIANCHI, A. M. Muitos Métodos é o Método. *Revista de Economia Política*. São Paulo, 12 (2), jun. 1992.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e Paixão em Celso Furtado. In: REGO, José Márcio; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- \_\_\_\_\_. Os dois métodos da Teoria Econômica. Mimeo. maio 2003a.
- \_\_\_\_\_. Os dois métodos da Teoria Econômica. Textos para discussão FGV/SP. n.127, jul. 2003b.
- \_\_\_\_\_. 'Economics' Two Methods. Trabalho apresentado na European Association for Evolutionary Political Economy. XV Encontro Anual. Maastricht, 7-10, nov. 2003c.
- \_\_\_\_\_; LIMA, G. T. The irreducibility of macro to microeconomics: a methodological approach. *Revista de Economia Política*. v.16, n.2(62), abr.-jun. 1996.
- CHICK, VICTORIA. (2004). On open systems. *Brazilian Journal of Political Economy*. v.24, issue 1, p. 3-16.

DAVIS, J.B. Heterodox Economics, the Fragmentation of the Mainstream and Embedded Individual Analysis. In: GARNETT, R.; HARVEY, J. (eds.) The Future of Heterodox Economics. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

DEQUECH, David. Economia e Sociologia Econômica: abordagens, objetos e práticas. In: KERSTENETZKY, C.; NEVES, V. (org.). Economia e interdisciplinaridade(s). Coimbra: Almedina Estádio, 2012.

DOW, S.C. Beyond Dualism. Cambridge Journal of Economics. 14: 143-157, 1990.

\_\_\_\_\_. Heterodox Economics: A Common Challenge to Mainstream Economics? Macroeconomics and Macroeconomic Policies: Alternatives to the Orthodoxy. Conference. Berlin, september 2005.

FERNANDES, D. A. A Razão da Retórica: Hermenêutica, Pragmatismo e a Retórica em Economia. Trabalho apresentado no VII Encontro SEP, Florianópolis, junho 2003.

FERNÁNDEZ, R.A. Retórica e a procura da verdade em Economia. In: Retórica na Economia. REGO, José Márcio (org.). São Paulo: Editora 34, 1996.

FERNANDÉZ, R.; PESSALI, H. The Rhetoric of Economics and the Non-Mainstream paradigms. XXVIII Annual Meeting of the History of Economics Society - Wake Forest, NC, USA, 2001.

GALA, P.; FERNANDES, D.; WJUNISKI, B. Pluralism in Economics: From Epistemology to Hermeneutics. Economia. ANPEC. v.13(1), 2012.

GALA, P.; REGO, J.M. A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia. São Paulo: Editora 34, 2003.

GARNETT R. Paradigms and Pluralism in Heterodox Economics. Working papers, Department of Economics. Texas Christian University, 2003.

HANDS, D.W. Reflection without rules, economic methodology and contemporary science theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HABERMAS, J. O Discurso filosófico da modernidade. Porto: Dom Quixote, 1994.

\_\_\_\_\_. Conhecimento e Interesse. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

KUHN, T. S. The Structure of Scientific Revolutions. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

MCCLOSKEY, D. The Rhetoric of Economics. 2.ed. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Knowledge and Persuasion in Economics. Cambridge: Cambridge University Press, 2000 [1994].

POPPER, Karl (1934). Falsificacionism x Convencionalism. In: MILLER, David (org.). Popper Selections. Princeton: Princeton University Press, 1985, p. 133-151.

POSSAS, M. L. Estrutura de Mercado em Oligopólio. São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. A Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana. Campinas: IE/Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRADO JR., B. O Relativismo como Contraponto. In: O Relativismo enquanto Visão de Mundo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984, p. 71-94.

\_\_\_\_\_. Transmissions et re-transmissions de la philosophie analytique: Europe/Les Iles Britanniques/ Amériques/ Europe. Conferência pronunciada em 5 de novembro de 2003, no Collège International de Philosophie, em Paris, na comemoração de seu XX aniversário.

PRADO, E.F.S. Um estudo sobre a compreensão da economia como ciência. 1990. Tese (Livre Docência). Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo.

QUINE, W.V. Main Trends in Recent Philosophy: Two Dogmas of Empiricism. The Philosophical Review. 60 (1): 20-43, 1951.

REGO, J.M. Retórica na Economia – ideias no lugar. In: Retórica na Economia. REGO, José Márcio (org.). São Paulo: Editora 34, 1996.

RORTY, R. A Filosofia e o Espelho da Natureza. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

\_\_\_\_\_. Relativismo: Encontrar e Fabricar. In: O Relativismo enquanto Visão de Mundo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

SENT, E. M. Pluralism in Economics. In: KELLERT, S. et al. (eds.). Scientific Pluralisms. Minnesota Studies in the Philosophy of Science. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

WARREN, S. The Case for Methodological Pluralism. In: SALANTI, A. (ed.) Pluralism in Economic. Cheltenham: Edward Elgar. 1997.